

# Índice

## Dados da Empresa

Composição do Capital	1
-----------------------	---

## DFs Individuais

Balanço Patrimonial Ativo	2
---------------------------	---

Balanço Patrimonial Passivo	3
-----------------------------	---

Demonstração do Resultado	4
---------------------------	---

Demonstração do Resultado Abrangente	6
--------------------------------------	---

Demonstração do Fluxo de Caixa (Método Indireto)	7
--	---

## Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido

DMPL - 01/01/2022 à 30/09/2022	9
--------------------------------	---

DMPL - 01/01/2021 à 30/09/2021	10
--------------------------------	----

Demonstração de Valor Adicionado	11
----------------------------------	----

Comentário do Desempenho	12
--------------------------	----

Notas Explicativas	16
--------------------	----

## Pareceres e Declarações

Relatório da Revisão Especial - Sem Ressalva	36
--	----

Declaração dos Diretores sobre as Demonstrações Financeiras	37
---	----

Declaração dos Diretores sobre o Relatório do Auditor Independente	38
--	----

**Dados da Empresa / Composição do Capital**

<b>Número de Ações (Unidade)</b>	<b>Trimestre Atual 30/09/2022</b>
<b>Do Capital Integralizado</b>	
Ordinárias	976.000.000
Preferenciais	0
<b>Total</b>	<b>976.000.000</b>
<b>Em Tesouraria</b>	
Ordinárias	0
Preferenciais	0
<b>Total</b>	<b>0</b>

**DFs Individuais / Balanço Patrimonial Ativo****(Reais Mil)**

<b>Código da Conta</b>	<b>Descrição da Conta</b>	<b>Trimestre Atual 30/09/2022</b>	<b>Exercício Anterior 31/12/2021</b>
1	Ativo Total	1.205.858	1.573.489
1.01	Ativo Circulante	1.148.083	47.395
1.01.01	Caixa e Equivalentes de Caixa	35.614	22.542
1.01.02	Aplicações Financeiras	3.595	1.244
1.01.03	Contas a Receber	1.104.682	20.738
1.01.03.01	Clientes	1.104.682	20.738
1.01.03.01.01	Contas a Receber de Clientes	18.452	20.680
1.01.03.01.02	Contas a Receber de Partes Relacionadas	557	58
1.01.03.01.03	Contas a Receber do Poder Concedente	1.085.673	0
1.01.06	Tributos a Recuperar	1.578	1.051
1.01.07	Despesas Antecipadas	2.190	1.444
1.01.08	Outros Ativos Circulantes	424	376
1.01.08.03	Outros	424	376
1.01.08.03.02	Outros Créditos	424	376
1.02	Ativo Não Circulante	57.775	1.526.094
1.02.01	Ativo Realizável a Longo Prazo	28.346	1.452.381
1.02.01.01	Aplicações Financeiras Avaliadas a Valor Justo através do Resultado	28.208	26.269
1.02.01.10	Outros Ativos Não Circulantes	138	1.426.112
1.02.01.10.03	Depósitos Judiciais e Outros	112	1.490
1.02.01.10.04	Tributos a Recuperar	26	25
1.02.01.10.05	Contas a Receber do Poder Concedente	0	1.424.434
1.02.01.10.06	Outros créditos	0	163
1.02.03	Imobilizado	8.760	22.601
1.02.03.01	Imobilizado em Operação	8.760	22.601
1.02.04	Intangível	20.669	51.112
1.02.04.01	Intangíveis	20.669	51.112
1.02.04.01.02	Intangível	20.669	51.112

**DFs Individuais / Balanço Patrimonial Passivo****(Reais Mil)**

<b>Código da Conta</b>	<b>Descrição da Conta</b>	<b>Trimestre Atual 30/09/2022</b>	<b>Exercício Anterior 31/12/2021</b>
2	Passivo Total	1.205.858	1.573.489
2.01	Passivo Circulante	87.920	95.738
2.01.01	Obrigações Sociais e Trabalhistas	9.036	8.604
2.01.01.01	Obrigações Sociais	1.019	1.199
2.01.01.02	Obrigações Trabalhistas	8.017	7.405
2.01.02	Fornecedores	23.077	28.706
2.01.02.01	Fornecedores Nacionais	23.066	28.690
2.01.02.02	Fornecedores Estrangeiros	11	16
2.01.03	Obrigações Fiscais	3.993	4.588
2.01.03.01	Obrigações Fiscais Federais	1.856	2.310
2.01.03.01.01	Imposto de Renda e Contribuição Social a Pagar	1.217	1.339
2.01.03.01.02	Impostos e Contribuições Federais Parcelados	639	971
2.01.03.03	Obrigações Fiscais Municipais	2.137	2.278
2.01.03.03.01	ISS a Recolher	2.137	2.278
2.01.04	Empréstimos e Financiamentos	49.122	48.902
2.01.04.01	Empréstimos e Financiamentos	49.122	48.902
2.01.04.01.01	Em Moeda Nacional	49.122	48.902
2.01.05	Outras Obrigações	2.692	4.938
2.01.05.01	Passivos com Partes Relacionadas	97	5
2.01.05.02	Outros	2.595	4.933
2.01.05.02.05	Outras Obrigações com o Poder Concedente	1.056	956
2.01.05.02.07	Outras Obrigações	1.539	3.977
2.02	Passivo Não Circulante	740.577	954.297
2.02.01	Empréstimos e Financiamentos	732.499	763.929
2.02.01.01	Empréstimos e Financiamentos	732.499	763.929
2.02.01.01.01	Em Moeda Nacional	732.499	763.929
2.02.02	Outras Obrigações	2.033	264
2.02.02.02	Outros	2.033	264
2.02.02.02.03	Obrigações Trabalhistas e Previdenciárias	46	1
2.02.02.02.04	Fornecedores	1.987	263
2.02.03	Tributos Diferidos	1.683	6.628
2.02.03.01	Imposto de Renda e Contribuição Social Diferidos	1.683	6.628
2.02.04	Provisões	4.362	183.476
2.02.04.01	Provisões Fiscais Previdenciárias Trabalhistas e Cíveis	3.399	182.204
2.02.04.02	Outras Provisões	963	1.272
2.02.04.02.05	Obrigações parceladas	963	1.272
2.03	Patrimônio Líquido	377.361	523.454
2.03.01	Capital Social Realizado	976.000	916.000
2.03.05	Lucros/Prejuízos Acumulados	-598.639	-392.546

**DFs Individuais / Demonstração do Resultado****(Reais Mil)**

<b>Código da Conta</b>	<b>Descrição da Conta</b>	<b>Trimestre Atual 01/07/2022 à 30/09/2022</b>	<b>Acumulado do Atual Exercício 01/01/2022 à 30/09/2022</b>	<b>Igual Trimestre do Exercício Anterior 01/07/2021 à 30/09/2021</b>	<b>Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2021 à 30/09/2021</b>
3.01	Receita de Venda de Bens e/ou Serviços	24.448	140.858	43.804	182.194
3.02	Custo dos Bens e/ou Serviços Vendidos	-85.191	-222.698	-75.656	-95.937
3.02.01	Custo de Construção	-17.554	-32.056	-1.897	-7.115
3.02.02	Serviços	-30.419	-82.807	-40.034	-76.714
3.02.03	Custos Contratuais	-4.141	-12.154	-3.601	-11.305
3.02.04	Depreciação e Amortização	-13.497	-38.733	-12.411	-35.538
3.02.05	Custo com Pessoal	-9.911	-30.060	-9.116	-25.413
3.02.06	Provisão de Manutenção	0	0	0	85.360
3.02.07	Materiais, Equipamentos e Veículos	-8.589	-23.665	-7.387	-21.311
3.02.08	Outros	-1.080	-3.223	-1.210	-3.901
3.03	Resultado Bruto	-60.743	-81.840	-31.852	86.257
3.04	Despesas/Receitas Operacionais	-14.337	-93.457	29.317	-40.205
3.04.02	Despesas Gerais e Administrativas	-14.634	-94.404	29.430	-39.586
3.04.02.01	Serviços	-1.433	-6.397	-3.969	-11.702
3.04.02.02	Depreciação e Amortização	-1.909	-5.808	-1.963	-6.099
3.04.02.03	Despesas com Pessoal	-2.843	-6.584	-2.205	-5.838
3.04.02.04	Materiais, Equipamentos e Veículos	-161	-423	-126	-375
3.04.02.05	Reversão para Perdas Esperadas - Contas a Receber	0	51	2	35
3.04.02.06	Outros	-1.129	-5.039	-893	-4.136
3.04.02.07	Provisão para riscos Cíveis, Trabalhistas, Tributários e Previdenciários	-507	287	-356	306
3.04.02.08	Impostos, Taxas e Despesas com Cartório	-403	-429	-4	-197
3.04.02.09	Multas Indedutíveis	-236.171	-236.171	0	-18
3.04.02.10	Campanhas e Eventos Promocionais	-4	-40	-382	-693
3.04.02.11	Água, Luz, Telefone, Internet e Gás	-234	-793	-243	-697
3.04.02.12	Estimativa de perda lei 13.448/2017	-7.537	-11.576	44.535	30.564
3.04.02.13	Provisão para Riscos Contratuais	237.697	178.518	-4.966	-40.736
3.04.04	Outras Receitas Operacionais	376	1.129	61	645
3.04.05	Outras Despesas Operacionais	-79	-182	-174	-1.264

**DFs Individuais / Demonstração do Resultado****(Reais Mil)**

<b>Código da Conta</b>	<b>Descrição da Conta</b>	<b>Trimestre Atual 01/07/2022 à 30/09/2022</b>	<b>Acumulado do Atual Exercício 01/01/2022 à 30/09/2022</b>	<b>Igual Trimestre do Exercício Anterior 01/07/2021 à 30/09/2021</b>	<b>Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2021 à 30/09/2021</b>
3.05	Resultado Antes do Resultado Financeiro e dos Tributos	-75.080	-175.297	-2.535	46.052
3.06	Resultado Financeiro	-18.423	-35.741	-20.803	-50.684
3.06.01	Receitas Financeiras	1.840	5.641	728	1.589
3.06.02	Despesas Financeiras	-20.263	-41.382	-21.531	-52.273
3.07	Resultado Antes dos Tributos sobre o Lucro	-93.503	-211.038	-23.338	-4.632
3.08	Imposto de Renda e Contribuição Social sobre o Lucro	10.426	4.945	314	2.316
3.08.02	Diferido	10.426	4.945	314	2.316
3.09	Resultado Líquido das Operações Continuadas	-83.077	-206.093	-23.024	-2.316
3.11	Lucro/Prejuízo do Período	-83.077	-206.093	-23.024	-2.316
3.99	Lucro por Ação - (Reais / Ação)				
3.99.01	Lucro Básico por Ação				
3.99.01.01	ON	-0,08512	-0,21116	-0,02514	-0,00253
3.99.02	Lucro Diluído por Ação				
3.99.02.01	ON	-0,08512	-0,21116	-0,02514	-0,00253

**DFs Individuais / Demonstração do Resultado Abrangente****(Reais Mil)**

<b>Código da Conta</b>	<b>Descrição da Conta</b>	<b>Trimestre Atual 01/07/2022 à 30/09/2022</b>	<b>Acumulado do Atual Exercício 01/01/2022 à 30/09/2022</b>	<b>Igual Trimestre do Exercício Anterior 01/07/2021 à 30/09/2021</b>	<b>Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2021 à 30/09/2021</b>
4.01	Lucro Líquido do Período	-83.077	-206.093	-23.024	-2.316
4.03	Resultado Abrangente do Período	-83.077	-206.093	-23.024	-2.316

**DFs Individuais / Demonstração do Fluxo de Caixa (Método Indireto)****(Reais Mil)**

<b>Código da Conta</b>	<b>Descrição da Conta</b>	<b>Acumulado do Atual Exercício 01/01/2022 à 30/09/2022</b>	<b>Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2021 à 30/09/2021</b>
6.01	Caixa Líquido Atividades Operacionais	29.264	2.870
6.01.01	Caixa Gerado nas Operações	-310.657	9.951
6.01.01.01	Prejuízo Líquido do Período	-206.093	-2.316
6.01.01.02	Imposto de Renda e Contribuição Social Diferidos	-4.945	-2.316
6.01.01.03	Depreciação e Amortização	44.541	41.637
6.01.01.04	Baixa do Ativo Imobilizado e Intangível	180	1.268
6.01.01.05	Juros e Variação Monetária sobre Financiamentos	51.985	42.800
6.01.01.06	Reversão (Provisão) para Perdas (adesão à lei 13.448/2017)	11.576	-30.564
6.01.01.11	Juros sobre obrigações parceladas	142	69
6.01.01.12	Reversão da Provisão de Manutenção	0	-85.360
6.01.01.13	Reversão do Ajuste a Valor Presente Provisão Manutenção	0	2.204
6.01.01.14	Costituição e reversão da Provisão para Riscos Cíveis, Trabalhistas e Previdenciários	-180.325	27.230
6.01.01.15	Provisão para Perda Esperada - Contas a Receber	-51	-35
6.01.01.17	Variações Cambiais sobre Fornecedores Estrangeiros	0	-2
6.01.01.18	Atualização Monetária sobre Riscos Cíveis, Trabalhistas e Previdenciários	3.223	15.336
6.01.01.19	Remuneração do Contas a Receber do Poder Concedente	-30.341	0
6.01.01.20	Rendimento de Aplicação Financeira	-549	0
6.01.02	Variações nos Ativos e Passivos	339.921	-7.081
6.01.02.01	Contas a Receber	2.279	-6.033
6.01.02.02	Contas a Receber - Partes Relacionadas	-499	22
6.01.02.03	Tributos a Recuperar	-525	-570
6.01.02.06	Contas a Receber do Poder Concedente	357.526	0
6.01.02.07	Despesas Antecipadas e Outros Créditos	747	-2.471
6.01.02.08	Fornecedores	-15.089	1.870
6.01.02.09	Fornecedores - Partes Relacionadas	92	-66
6.01.02.10	Impostos e Contribuições a Recolher e Provisão para Imposto de Renda e Contribuição Social	-1.046	-693
6.01.02.11	Pagamento de Imposto de Renda e Contribuição Social	0	-249
6.01.02.12	Realização da Provisão de Manutenção	0	-1.001
6.01.02.13	Outras Obrigações com o Poder Concedente	100	67
6.01.02.14	Pagamento de Provisão para Riscos Cíveis, Trabalhistas e Previdenciários	-1.703	-2.136
6.01.02.15	Obrigações Sociais e Trabalhistas	477	2.931
6.01.02.16	Outras Contas a Pagar	-2.438	1.248
6.02	Caixa Líquido Atividades de Investimento	7.003	67.973
6.02.01	Aquisição de Ativo Imobilizado	-1.145	-5.052
6.02.02	Adições de Ativo Intangível	-21.405	-7.223
6.02.03	Resgates / Aplicações na Conta Reserva	-1.939	-562
6.02.04	Outros de Ativo Imobilizado e Intangível	33.294	64.890
6.02.10	Aplicações financeiras líquidas de resgates	-1.802	15.920
6.03	Caixa Líquido Atividades de Financiamento	-23.195	-77.612
6.03.01	Integralização de Capital	60.000	0
6.03.03	Financiamentos - Pagamentos de Principal	-35.881	-35.826
6.03.04	Financiamentos - Pagamentos de Juros	-47.314	-41.786
6.05	Aumento (Redução) de Caixa e Equivalentes	13.072	-6.769

**DFs Individuais / Demonstração do Fluxo de Caixa (Método Indireto)****(Reais Mil)**

<b>Código da Conta</b>	<b>Descrição da Conta</b>	<b>Acumulado do Atual Exercício 01/01/2022 à 30/09/2022</b>	<b>Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2021 à 30/09/2021</b>
6.05.01	Saldo Inicial de Caixa e Equivalentes	22.542	54.052
6.05.02	Saldo Final de Caixa e Equivalentes	35.614	47.283

**DFs Individuais / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2022 à 30/09/2022****(Reais Mil)**

<b>Código da Conta</b>	<b>Descrição da Conta</b>	<b>Capital Social Integralizado</b>	<b>Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria</b>	<b>Reservas de Lucro</b>	<b>Lucros ou Prejuízos Acumulados</b>	<b>Outros Resultados Abrangentes</b>	<b>Patrimônio Líquido</b>
5.01	Saldos Iniciais	916.000	0	0	-392.546	0	523.454
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	916.000	0	0	-392.546	0	523.454
5.04	Transações de Capital com os Sócios	60.000	0	0	0	0	60.000
5.04.01	Aumentos de Capital	60.000	0	0	0	0	60.000
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	0	-206.093	0	-206.093
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	0	-206.093	0	-206.093
5.07	Saldos Finais	976.000	0	0	-598.639	0	377.361

**DFs Individuais / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2021 à 30/09/2021****(Reais Mil)**

<b>Código da Conta</b>	<b>Descrição da Conta</b>	<b>Capital Social Integralizado</b>	<b>Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria</b>	<b>Reservas de Lucro</b>	<b>Lucros ou Prejuízos Acumulados</b>	<b>Outros Resultados Abrangentes</b>	<b>Patrimônio Líquido</b>
5.01	Saldos Iniciais	916.000	0	0	-317.047	0	598.953
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	916.000	0	0	-317.047	0	598.953
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	0	-2.316	0	-2.316
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	0	-2.316	0	-2.316
5.07	Saldos Finais	916.000	0	0	-319.363	0	596.637

**DFs Individuais / Demonstração de Valor Adicionado****(Reais Mil)**

<b>Código da Conta</b>	<b>Descrição da Conta</b>	<b>Acumulado do Atual Exercício 01/01/2022 à 30/09/2022</b>	<b>Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2021 à 30/09/2021</b>
7.01	Receitas	158.425	260.312
7.01.01	Vendas de Mercadorias, Produtos e Serviços	160.843	260.277
7.01.02	Outras Receitas	-2.469	0
7.01.02.01	Remuneração do contas a receber do Poder Concedente	-2.469	0
7.01.04	Provisão/Reversão de Créds. Liquidação Duvidosa	51	35
7.02	Insumos Adquiridos de Terceiros	-234.412	-120.987
7.02.01	Custos Prods., Mercs. e Servs. Vendidos	-120.187	-112.029
7.02.02	Materiais, Energia, Servs. de Terceiros e Outros	-82.169	-87.203
7.02.04	Outros	-32.056	78.245
7.02.04.01	Custo de Construção	-32.056	-7.115
7.02.04.02	Provisão de Manutenção	0	85.360
7.03	Valor Adicionado Bruto	-75.987	139.325
7.04	Retenções	-44.541	-41.637
7.04.01	Depreciação, Amortização e Exaustão	-44.541	-41.637
7.05	Valor Adicionado Líquido Produzido	-120.528	97.688
7.06	Vlr Adicionado Recebido em Transferência	5.641	1.589
7.06.02	Receitas Financeiras	5.641	1.589
7.07	Valor Adicionado Total a Distribuir	-114.887	99.277
7.08	Distribuição do Valor Adicionado	-114.887	99.277
7.08.01	Pessoal	32.161	27.352
7.08.01.01	Remuneração Direta	22.701	18.617
7.08.01.02	Benefícios	7.626	7.013
7.08.01.03	F.G.T.S.	1.311	1.189
7.08.01.04	Outros	523	533
7.08.02	Impostos, Taxas e Contribuições	17.325	21.583
7.08.02.01	Federais	4.242	8.705
7.08.02.02	Estaduais	260	191
7.08.02.03	Municipais	12.823	12.687
7.08.03	Remuneração de Capitais de Terceiros	41.720	52.658
7.08.03.01	Juros	41.387	52.261
7.08.03.02	Aluguéis	333	397
7.08.04	Remuneração de Capitais Próprios	-206.093	-2.316
7.08.04.03	Lucros Retidos / Prejuízo do Período	-206.093	-2.316

## Comentário do Desempenho

### 1. ANÁLISE DE DESEMPENHO OPERACIONAL MSVIA

#### Julho a Setembro/2022

A MSVia (“CCR MSVia” ou “Companhia” ou “Concessionária”) é uma sociedade por ações controlada pela CCR S.A. (“CCR”), a qual detém, direta e indiretamente, 100% do capital social da Companhia.

Estas informações financeiras intermediárias foram elaboradas e estão sendo apresentadas de acordo com o pronunciamento técnico CPC 21 (R1) – Demonstrações Intermediárias e com a norma internacional de contabilidade IAS 34 – *Interim Financial Reporting*, emitida pelo *International Accounting Standards Board* – (IASB), incluem também as disposições da lei nº 6.404/1976 e normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários (CVM), aplicáveis para a apresentação das informações financeiras intermediárias e as comparações são referentes ao 3T2021.

#### 1.1 - Principais destaques

Após a qualificação da Companhia no âmbito do Programa de Parcerias de Investimentos da Presidência da República – PPI para fins de relicitação, em 10 de junho de 2021 foi celebrado a assinatura do 1º Termo Aditivo ao contrato de concessão da Companhia, firmado entre a União Federal, por intermédio da ANTT.

O presente termo tem por objetivo estabelecer as condições de prestação dos serviços de manutenção, conservação, operação, monitoração e execução dos investimentos essenciais contemplados no contrato originário, as responsabilidades durante o período de transição e transferência da concessão a serem observadas durante a sua vigência a fim de garantir a continuidade e a segurança dos serviços essenciais relacionados ao Empreendimento. A Companhia também continuou executando obras na BR-163/MS, autorizadas pela Licença de Operação nº 1.508/2019.

Em 20 de janeiro de 2022, foi realizada reunião de Diretoria Colegiada da ANTT, que aprovou o 2º Termo Aditivo ao contrato de concessão. Em 7 de fevereiro de 2022, o 2º Termo Aditivo ao contrato de concessão foi assinado pelas partes com a alteração do PER – Plano de Exploração da Rodovia, compatibilizando os parâmetros das obrigações da Companhia após o enquadramento no processo de relicitação.

#### 1.2 - Análise do demonstrativo de resultado trimestral

##### Receita bruta operacional

<b>Receita bruta [R\$ mil]</b>	<b>3ºT22</b>	<b>3ºT21</b>	<b>Var.%</b>
Receita de pedágio	43.465	46.699	-6,9%
Receitas acessórias	2.046	1.950	4,9%
Receita de construção	17.554	1.897	825,4%
Receitas de remuneração de contas a receber do Poder Concedente	(32.421)	-	100,0%
<b>Receita bruta total</b>	<b>30.644</b>	<b>50.546</b>	<b>-39,4%</b>
<b>Deduções</b>	<b>(6.196)</b>	<b>(6.742)</b>	<b>-8,1%</b>
<b>Receita líquida total</b>	<b>24.448</b>	<b>43.804</b>	<b>-44,2%</b>

## Comentário do Desempenho

**Receita de pedágio:** A receita reduziu em 6,9%, devido a antecipação na importação de insumos de fertilizantes para o 1ºSEM22 e maior movimentação de soja e milho no 3T21 em comparação ao 3T22.

**Receitas acessórias:** Aumento de 4,9% no 3T22 em comparação ao 3T21 devido reajuste anual dos contratos de utilização da faixa de domínio, redes de telefonia, fibra óptica, água, esgoto e energia elétrica.

**Receita de construção:** Aumento de 825,4% dos investimentos no 3T22 em comparação ao 3T21, devido à realização da obra do Dispositivo Diamante do KM 258 conforme previsto no 1º Termo Aditivo do contrato de concessão, assinado em junho de 2021.

**Receitas de remuneração de contas a receber do Poder Concedente:** Contabilização da atualização monetária do contas a receber do Poder Concedente pelo IPCA, após o 1º Termo Aditivo do contrato de concessão, assinado em junho de 2021.

**Deduções:** Redução de 7,1% no 3T22 em comparação com o 3T21, devido a contabilização do excedente tarifário após o 1º Termo Aditivo do contrato de concessão, assinado em junho de 2021.

### Custos e despesas totais

Indicadores [R\$ mil]	3ºT22	3ºT21	Var. %
Custo de construção	17.554	1.897	825,4%
Depreciação e amortização	15.406	14.374	7,2%
Custos contratuais	4.141	3.601	15,0%
Serviços de terceiros	31.852	44.003	-27,6%
Custo com pessoal	12.754	11.321	12,7%
Materiais, gastos gerais e outros	10.284	15.678	-34,4%
Provisão para perdas MSVia (adesão à Lei 13.448/17)	7.537	(44.535)	-116,9%
<b>Custos e despesas totais</b>	<b>99.528</b>	<b>46.339</b>	<b>114,8%</b>

Os custos e as despesas totais aumentaram em 114,8% no 3T22 em relação ao 3T21, devido ao reflexo da assinatura do 1º Termo Aditivo do contrato de concessão e também em função das variações decorrentes do cálculo do contas a receber do Poder Concedente, tendo o principal efeito atualização do IPCA.

**Custo de construção:** Aumento de 825,4% dos investimentos no 3T22 em comparação ao 3T21, devido à realização da obra do Dispositivo Diamante do KM 258 conforme previsto no 1º Termo Aditivo do contrato de concessão, assinado em junho de 2021.

**Depreciação e amortização:** No 3T22 ocorreu um aumento de 7,2% em comparação ao 3T21, devido as amortizações dos investimentos realizados de 2017 a 2022, sendo o principal reflexo a implantação do Dispositivo Diamante do km 258, que iniciou após o 3T21.

**Custos contratuais:** Aumento de 15% no 3T22 em comparação ao 3T21, devido aos reajustes contratuais referentes à verba contratual de Fiscalização (paga à ANTT) verba destinada ao aparelhamento da Polícia Rodoviária Federal (PRF). Além das renovações dos seguros previstos no contrato de concessão, dentre os quais o do patrimônio existente (*All Risks*), o das novas obras (riscos de engenharia), bem como responsabilidade civil e seguro garantia.

**Serviços de terceiros:** Este grupo se refere aos itens de prestadores de serviços, tiveram redução de 27,6% no 3T22, pois o principal serviço de manutenção de pavimento realizado foi Fresagem,

## Comentário do Desempenho

quanto ao 3T21 foram realizadas manutenções de Fresagem e Tratamento Superficial Duplo (TSD).

**Custos com pessoal:** Os custos com pessoal sofreram aumento de 12,7% no 3T22 em comparação ao 3T21, devido aos reajustes salariais e de benefícios, após aprovação do acordo coletivo. Além da variação referente ao PLR/PGLP.

**Materiais, gastos gerais e outros:** Redução de 34,4% no 3T22 em relação ao 3T21, principalmente em função das provisões de contingências contratuais, devido as atualizações nos status dos processos.

**Provisão para perdas MSVia (adesão à Lei 13.448/17):** Em função das variações decorrentes do cálculo do contas a receber do Poder Concedente, tendo o principal efeito atualização do IPCA.

### EBITDA e EBIT

Reconciliação EBITDA [R\$ mil]	3ºT22	3ºT21	Var. %
Lucro/Prejuízo Líquido	(83.077)	(23.024)	260,8%
(+) IR/CS	(10.426)	(314)	3.220,4%
(+) Resultado Financeiro	18.423	20.803	-11,4%
(+) Depreciação e amortização	15.406	14.374	7,2%
<b>EBITDA (a)</b>	<b>(59.674)</b>	<b>11.839</b>	<b>-604,0%</b>
<i>Margem EBITDA (a)</i>	<i>-244,09%</i>	<i>27,03%</i>	<i>-271 p.p.</i>

Reconciliação EBIT [R\$ mil]	3ºT22	3ºT21	Var. %
Lucro/Prejuízo Líquido	(83.077)	(23.024)	260,8%
(+) IR/CS	(10.426)	(314)	3.220,4%
(+) Resultado financeiro	18.423	20.803	-11,4%
<b>EBIT (a)</b>	<b>(75.080)</b>	<b>(2.535)</b>	<b>2.861,7%</b>
<i>Margem EBIT (a)</i>	<i>-307,10%</i>	<i>-5,79%</i>	<i>-301 p.p.</i>

(a) Cálculo efetuado segundo Instrução CVM n°. 527/2012.

### Resultado financeiro líquido

	3ºT22	3ºT21	Var. %
<b>Despesas financeiras</b>	<b>(20.263)</b>	<b>(21.531)</b>	<b>-5,9%</b>
Juros sobre financiamentos	(18.009)	(14.732)	22,2%
Variação monetária sobre empréstimos	(48)	(31)	54,8%
Variação monetária sobre o excedente tarifário	(1.978)	(6.522)	-69,7
Taxas, comissões e outras despesas financeiras	(228)	(246)	-7,3%
<b>Receitas financeiras</b>	<b>1.840</b>	<b>728</b>	<b>152,7%</b>
Rendimento sobre aplicações financeiras	1.802	721	149,9%
Juros e outras receitas financeiras	38	7	442,9%
<b>Resultado financeiro líquido</b>	<b>(18.423)</b>	<b>(20.803)</b>	<b>-11,4%</b>

## 2. Investimentos

A Companhia continua de forma moderada com os investimentos da BR-163/MS, conforme obrigações detalhadas no PER (Programa de Exploração da Rodovia).

### Obras em andamento durante o 3º. Trimestre de 2022:

- Implantação de Dispositivo Diamante localizado no km 258 da BR-163/MS.

## Comentário do Desempenho

### 3. Fatos relevantes sobre o Serviço de Atendimento ao Usuário (SAU)

No comparativo entre 3T22 e 3T21, houve uma redução no número total de acidentes (4%). Com destaque nas reduções no número total de acidentes com vítimas feridas que registrou queda de (22%). Os resultados positivos foram reflexos das ações de segurança viária, que a Companhia desenvolveu, esse resultado também é consequência direta de todas as ações firmadas no PRA (Programa de Redução de Acidentes), na qual inclui a monitoração de pontos mais susceptíveis, que tem como objetivo reduzir o número e a gravidade dos acidentes, para melhorar cada vez mais a performance nas condições de segurança viária.

Na BR-163/MS, a Companhia desenvolve campanhas educativas de segurança viária, de engenharia e coercitivas desde 2014, além de ações em feriados prolongados e campanhas específicas como o Maio Amarelo e a Semana Nacional do Trânsito. Contamos também com as Micro Ações, que foi uma inovação implantada em 2019, as quais são realizadas pelas equipes do atendimento, e podem ocorrer simultaneamente nos pontos de riscos ao longo da rodovia. Realizamos palestras em empresas lindeiras, postos de serviços, comunidades e escolas. Temos como apoio os sistemas inteligentes (ITS), dentre os sistemas que compõe essa rede, temos o PMV (painéis de mensagens fixos e móveis) que veiculam mensagens didáticas de segurança do trânsito em tempo real e o CFTV (circuito fechado de TV) que permitem o monitoramento da via, contribuindo para melhor gestão das ações preventivas, aumentando a segurança e otimizando recursos. Estas ações têm como finalidade a conscientização e transmitir a importância na redução dos acidentes.

<b>TOTAL DE ACIDENTES</b>	<b>3ºT22</b>	<b>3ºT21</b>	<b>Var. %</b>
Total acidentes	380	394	-4%
Acidentes com vítimas feridas	148	190	-22%
Acidentes sem vítimas	217	192	13%
Acidentes com mortos	15	12	25%
Vítimas feridas	211	261	-19%
Número de Mortos	18	13	38%

### 4. Considerações finais

As informações trimestrais – ITR da Concessionária de Rodovia Sul-Matogrossense S.A., aqui apresentadas, estão de acordo com os critérios da legislação societária brasileira, a partir de informações financeiras revisadas.

As informações não financeiras, assim como outras informações operacionais, não foram objeto de revisão por parte dos auditores independentes.

### 5. Declaração da Diretoria

Em observância às disposições constantes no artigo 25 da Instrução CVM nº 480/09, de 7 de dezembro de 2009, a Diretoria declara que discutiu, reviu e concordou com as conclusões expressas no Relatório da KPMG Auditores Independentes Ltda., emitido nesta data, e com as informações financeiras intermediárias relativas ao período de três e nove meses findos de 30 de setembro de 2022.

Campo Grande, 10 de novembro de 2022.

**A Diretoria**

## Notas Explicativas

### Notas explicativas às Informações Trimestrais (ITR) findas em 30 de setembro de 2022

Os saldos apresentados em Reais nestas ITRs foram arredondados para o milhar mais próximo, exceto quando indicado de outra forma.

#### 1. Contexto operacional

A Companhia tem por objeto social específico e exclusivo, sob o regime de concessão, a exploração da infraestrutura e da prestação dos serviços públicos de recuperação, operação, manutenção, monitoração, conservação, implantação de melhorias, ampliação de capacidade e manutenção do nível de serviço da rodovia BR-163/MS, nos termos do contrato de concessão celebrado com a União, por intermédio da Agência Nacional de Transportes Terrestres (“ANTT”), em decorrência do Leilão objeto do Edital de Concessão nº 005/2013 (“contrato de concessão”). A sede está localizada na avenida Zilá Corrêa Machado, número 5.600, no bairro Moreninha, na cidade de Campo Grande, no Estado de Mato Grosso do Sul.

Em 10 de junho de 2021, foi assinado o Termo Aditivo nº 1 ao contrato de concessão, com o objetivo de estabelecer as obrigações relativas à relicitação, para o trecho concedido da BR-163/MS, entre a divisa do Estado do Mato Grosso e a divisa com o Paraná.

A vigência do Aditivo é de até 24 meses, contados a partir da publicação do Decreto nº 10.647/2021, em 11 de março de 2021.

A Companhia conta com suporte financeiro do acionista controlador final CCR S.A.

Neste período de três e nove meses findos em 30 de setembro de 2022, não ocorreram mudanças relevantes no contexto operacional, em relação às demonstrações financeiras de 31 de dezembro de 2021, exceto quanto ao abaixo descrito:

- **2º Termo Aditivo**

Em 20 de janeiro de 2022, foi realizada reunião de Diretoria Colegiada da ANTT, que aprovou o 2º Termo Aditivo ao contrato de concessão. Em 7 de fevereiro de 2022, o 2º Termo Aditivo ao contrato de concessão foi assinado pelas partes com a alteração do PER – Plano de Exploração da Rodovia, compatibilizando os parâmetros das obrigações da Companhia após o enquadramento no processo de relicitação.

#### 1.1 Outras informações relevantes

A Companhia é parte em processos judiciais e administrativos relacionados a questões regulatórias de concessão, cujas movimentações relevantes ocorridas desde 31 de dezembro de 2021 estão descritas a seguir e devem ser lidas como uma sequência da redação completa, divulgada nas Demonstrações Financeiras de 31 de dezembro de 2021, respeitando os mesmos títulos de cada processo:

##### i. Relicitação

Em 20 de dezembro de 2019, a Companhia endereçou requerimento junto à ANTT, manifestando a intenção de aderir ao “Processo de Relicitação”, objeto da lei 13.448/2017, ressaltando-se que tal requerimento foi elaborado com base nos requisitos exigidos conforme Resolução nº 5.860 de 2019 e nos termos do Decreto Federal nº 9.957/2019, que o disciplinou.

Com este requerimento, a Companhia inicia os trâmites que podem culminar com a devolução amigável da concessão, sendo o sistema rodoviário submetido a uma nova licitação (Relicitação) pelo Poder Concedente. A viabilidade técnica e jurídica do requerimento foi atestada pela ANTT por meio da Deliberação nº 337, de 21 de julho de 2020, tendo havido a manifestação favorável do Conselho do Programa de Parcerias de Investimentos (CPPI) da Presidência da República,

## Notas Explicativas

conforme Resolução CPPI nº 148, de 2 de dezembro de 2020, e a posterior publicação do Decreto nº 10.647, de 2021, por parte da Presidência da República.

Em 10 de junho de 2021, foi celebrado o 1º Termo Aditivo ao contrato de concessão da Companhia, cuja publicação no Diário Oficial ocorreu em 14 de junho de 2021. O 1º Termo Aditivo contempla garantias por parte da Companhia, descritos na nota explicativa nº 1 – Contexto operacional.

A vigência do Aditivo é de até 24 meses, contados a partir da publicação do Decreto nº 10.647/2021, em 11 de março de 2021.

Em 20 de janeiro de 2022, foi realizada reunião de Diretoria Colegiada da ANTT, que aprovou o 2º Termo Aditivo ao contrato de concessão.

Em 7 de fevereiro de 2022, o 2º Termo Aditivo ao contrato de concessão foi assinado pelas partes com a alteração do PER – Plano de Exploração da Rodovia, compatibilizando os parâmetros das obrigações da concessionária após o enquadramento no processo de relicitação.

### ii. Revisão contratual extraordinário

Em 6 de abril de 2017, a Companhia apresentou à ANTT, um pedido de revisão contratual extraordinária em virtude de ter havido modificação substancial das bases da contratação por fatores não imputáveis à Companhia e alheios à sua responsabilidade legal ou contratual, que impediam a continuidade dos serviços nos moldes originalmente contratados.

Em 3 de janeiro 2018, a ANTT encaminhou à Companhia ofício comunicando a rejeição do pleito de revisão das condições do contrato de concessão, sob o fundamento de que os eventos narrados pela Companhia seriam riscos que teriam sido, no contrato de concessão, alocados à Companhia.

Dessa forma, não restou outra opção à Companhia, a não ser, em 20 de maio de 2018, ingressar em juízo em face da ANTT e da União (Processo nº 1009737-97.2018.4.01.3400, em trâmite perante a 22ª Vara Federal Cível da Seção Judiciária do Distrito Federal), para requerer preliminarmente que seja autorizada a suspensão de suas obrigações contratuais de investimentos e seja determinado que a ANTT se abstenha de aplicar quaisquer outras penalidades contra a Companhia e, ao final, a condenação da ANTT a proceder à revisão do contrato de concessão, ou, subsidiariamente, na remota hipótese de se entender que a revisão necessária extrapola os limites de alterações dos contratos administrativos, a sua rescisão judicial, conforme disposto em lei e nos termos do contrato de concessão.

Em 25 de maio de 2018, o juiz proferiu decisão determinando que a ANTT se abstenha, até deliberação posterior, de aplicar qualquer tipo de penalidade contra a Companhia. Após a citação da ANTT e da União, as mesmas contestaram a ação e, posteriormente, a Companhia apresentou sua manifestação em 4 de julho de 2018.

Em 17 de outubro de 2018, foi realizada audiência de conciliação na qual as partes acordaram de suspender o processo por 90 dias, para que fossem realizadas tratativas administrativas, a fim de concretizar um possível acordo.

Em 5 de fevereiro de 2019, a ANTT apresentou petição, para requerer a suspensão do processo por mais 60 dias, o que foi deferido.

Em 11 de abril de 2019, a ANTT formulou novo pedido de prorrogação, requerendo a dilação da suspensão por mais 45 dias.

Diante do transcurso do prazo adicional de 45 dias sem qualquer manifestação da ANTT, bem como considerando que a Agência informou que seria aplicado o Fator D, com fundamento nesse fato novo, a Companhia, em 13 de junho de 2019, apresentou petição reiterando os pedidos

## Notas Explicativas

liminares inicialmente formulados, sobretudo no que diz respeito à suspensão da aplicação do Fator D.

Em 29 de julho de 2019, a Companhia apresentou nova petição informando que a ANTT havia notificado a Companhia para se manifestar, no prazo de 15 dias, sobre a Nota Técnica nº 2330, que consignou os resultados preliminares da revisão tarifária em andamento e apontou eventual redução tarifária em setembro de 2019 da ordem de 54,27% ou da ordem de 40,58% (caso o recálculo seja diluído ao longo dos próximos 36 meses). Com fundamento nesse fato novo, foi reiterado o pedido liminar formulado na inicial para suspender a aplicação do Fator D.

Em 17 de setembro de 2019, foi proferida decisão que indeferiu o pedido de tutela de urgência formulado pela Companhia. Em 26 de setembro de 2019, a Companhia interpôs o recurso de agravo de instrumento requerendo a reforma da decisão recorrida, o qual foi indeferido em 16 de outubro de 2019. Em 6 de novembro de 2019, a Companhia interpôs agravo interno. Em 4 de dezembro de 2019, a Companhia comunicou nos autos do agravo de instrumento que decidiu submeter a questão do reequilíbrio contratual à jurisdição arbitral, razão pela qual desistiu do recurso.

Em 20 de dezembro de 2019, a União protocolizou petição comunicando que deixou de apresentar contrarrazões ao agravo interno, tendo em vista a desistência recursal da parte adversa.

Em 1ª instância, a Companhia apresentou réplica, em 15 de outubro de 2019, e o processo segue na fase de instrução.

Em 5 de março de 2020, o Ministério Público Federal apresentou petição para requerer vista dos autos para análise de possível interesse em intervir no feito. Em 11 de março de 2020, foi protocolizada petição pela Companhia requerendo a suspensão do processo até o término da arbitragem em que será discutido o desequilíbrio do contrato de concessão ou, na remota hipótese de assim não se entender, reiterando as provas que pretende produzir. Em 20 de maio de 2020, foi certificado o decurso do prazo para manifestação da ANTT sobre provas.

No âmbito administrativo, o procedimento que tem por objeto a revisão ordinária, a revisão extraordinária e o reajuste tarifário, por meio da Deliberação da ANTT nº 1025/19, em 26 de novembro de 2019, determinou a redução, em 53,94%, da tarifa básica de pedágio de todas as praças compreendidas na BR-163/MS, motivo que ensejou a ação cautelar antecedente preparatória de arbitragem com pedido de liminar (proc. nº 1039786-87.2019.4.01.3400).

Em 27 de julho de 2020, foi proferida decisão que deferiu a suspensão do feito por 6 meses ou até o término do processo da arbitragem. Em 12 de agosto de 2020, o Ministério Público tomou ciência desta decisão. O processo permanece suspenso aguardando a conclusão da arbitragem.

Em 4 de novembro de 2021, terminou o prazo de suspensão processual. Aguarda-se a intimação das partes para se manifestarem a respeito do prosseguimento do processo ou novo pedido de suspensão.

### **iii. Ação de nulidade de sentença arbitral**

Em 15 de março de 2022, o processo foi extinto, tendo sido arquivado definitivamente em 6 de maio de 2022.

Os acionistas controladores e a administração da Companhia reiteram a sua confiança nos procedimentos legais vigentes, aplicáveis ao contrato de concessão.

As informações financeiras intermediárias da Companhia não contemplam ajustes decorrentes destes processos, tendo em vista que até a presente data não houve desfecho ou tendência desfavorável para nenhum deles, exceto pelos tópicos relacionados a “Relicitação” da Companhia.

## Notas Explicativas

### 2. Principais práticas contábeis

Neste período de três e nove meses não ocorreram mudanças nas principais políticas e práticas contábeis e, portanto, mantém-se a consistência de aplicação dos procedimentos divulgados nas notas explicativas às demonstrações financeiras para o exercício findo em 31 de dezembro de 2021, exceto pela mudança de política conforme descrito abaixo, que descreve sobre a contabilização de transações relacionadas a desequilíbrios econômicos entre concessionária e Poder Concedente favoráveis à Companhia.

#### Política contábil anteriormente a 1º de janeiro de 2022

A Companhia não reconhecia em suas demonstrações financeiras ativos não monetários oriundos de contratos de concessão firmados com o Poder Concedente relacionados a extensão de prazos decorrentes de reequilíbrios econômicos, para os quais não existem obrigações de performance associadas junto ao Poder Concedente, sendo apenas alterada a estimativa contábil da amortização do intangível existente considerando o novo prazo de extensão.

#### Política contábil após 1º de janeiro de 2022

A Companhia passou a reconhecer contabilmente os ativos não monetários oriundos de contratos de concessão firmados com o Poder Concedente de acordo com as características mencionadas acima, como ativo intangível pelo seu valor justo, tendo como contrapartida uma receita no resultado, considerando que não existe nenhuma obrigação de performance associada. Embora essa política contábil tenha sido alterada, não houve transações dessa natureza na Companhia até o período findo em 30 de setembro de 2022.

Os efeitos decorrentes desta nova prática foram avaliados em transações similares anteriormente realizadas entre a Companhia e o Poder Concedente e não houve necessidade de ajuste retrospectivo, pois, não ocorreram transações dessa natureza para a Companhia em períodos anteriores.

### 3. Apresentação das ITR

Estas informações financeiras intermediárias foram elaboradas e estão sendo apresentadas de acordo o pronunciamento técnico CPC 21 (R1) - Demonstrações Intermediárias e com a norma internacional de contabilidade IAS 34 – *Interim Financial Reporting*, emitida pelo *International Accounting Standards Board* – (IASB). Incluem também as disposições da lei nº 6.404/1976 e normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários (CVM).

Estas ITRs devem ser lidas em conjunto com as demonstrações financeiras do exercício findo em 31 de dezembro de 2021.

A Administração afirma que todas as informações relevantes próprias das informações financeiras intermediárias estão divulgadas, e somente elas, estão sendo evidenciadas, e correspondem às utilizadas por ela na sua gestão.

Em 10 de novembro de 2022, foi autorizada pela Administração da Companhia a emissão destas ITRs.

### 4. Determinação dos valores justos

Neste período de três e nove meses não ocorreram mudanças nos critérios de determinação dos valores justos.

### 5. Gerenciamento de riscos financeiros

Neste período de três e nove meses não ocorreram mudanças no gerenciamento de riscos financeiros.

## Notas Explicativas

### 6. Caixa e equivalentes de caixa e aplicações financeiras

	<u>30/09/2022</u>	<u>31/12/2021</u>
Caixa e bancos	13.056	15.715
Aplicações financeiras		
Fundos de investimentos e CDB	<u>22.558</u>	<u>6.827</u>
<b>Total - Caixa e equivalentes de caixa</b>	<u><b>35.614</b></u>	<u><b>22.542</b></u>
	<u>30/09/2022</u>	<u>31/12/2021</u>
<b>Circulante</b>		
Aplicações financeiras		
Fundos de investimentos e CDB	<u>3.595</u>	<u>1.244</u>
<b>Total - Circulante</b>	<u>3.595</u>	<u>1.244</u>
<b>Não Circulante</b>		
Aplicações financeiras		
Conta reserva (Garantia BNDES - maiores detalhes vide nota explicativa 15)	<u>28.208</u>	<u>26.269</u>
<b>Total - Não Circulante</b>	<u>28.208</u>	<u>26.269</u>
<b>Total - Aplicações financeiras</b>	<u><b>31.803</b></u>	<u><b>27.513</b></u>

As aplicações financeiras foram remuneradas à taxa média de 99,92% do CDI, equivalente a 10,89% ao ano (99,07% do CDI, equivalente a 4,35% ao ano, em média, em 31 de dezembro de 2021).

### 7. Contas a receber

#### Contas a receber das operações

	<u>30/09/2022</u>	<u>31/12/2021</u>
<b>Circulante</b>		
Receitas acessórias (a)	868	1.155
Receitas de pedágio (b)	<u>17.584</u>	<u>19.576</u>
	18.452	20.731
Provisão para perda esperada - contas a receber (c)	<u>-</u>	<u>(51)</u>
	<u><b>18.452</b></u>	<u><b>20.680</b></u>

#### Idade de vencimentos dos títulos

	<u>30/09/2022</u>	<u>31/12/2021</u>
Créditos a vencer	18.447	20.676
Créditos vencidos até 60 dias	-	3
Créditos vencidos de 61 a 90 dias	5	1
Créditos vencidos de 91 a 180 dias	-	2
Créditos vencidos há mais de 180 dias	<u>-</u>	<u>49</u>
	<u><b>18.452</b></u>	<u><b>20.731</b></u>

- (a) Créditos de receitas acessórias (principalmente ocupação de faixa de domínio e locação de painéis publicitários) prevista no contrato de concessão;
- (b) Créditos a receber decorrentes dos serviços prestados aos usuários, relativos às tarifas de pedágio que serão repassadas à concessionária e créditos a receber decorrentes de vale pedágio;
- e

## Notas Explicativas

- (c) Provisão para perda esperada - contas a receber, reflete a perda esperada da Companhia.

### Contas a receber do Poder Concedente

	31/12/2021	30/09/2022				
	Saldo inicial	Adições	Remuneração (b)	Transferência	Outros (c)	Saldo final
<b>Bens reversíveis e indenizáveis</b>						
Circulante	-	18.077	(2.469)	1.364.477	(294.412)	1.085.673
Não circulante	1.424.434 (a)	14.733	-	(1.364.477)	(74.690)	-
<b>Total geral</b>	<b>1.424.434</b>	<b>32.810</b>	<b>(2.469)</b>	<b>-</b>	<b>(369.102)</b>	<b>1.085.673</b>

- (a) Em 10 de junho de 2021, à luz do processo judicial, mencionado no item 1.1 Outras informações relevantes, subitem i, destas informações financeiras intermediárias foi firmado o Termo Aditivo nº 1 ao contrato de concessão. Baseado na cláusula nº 9 do Aditivo, aplicou-se a análise de recuperabilidade por valor justo, a qual inclui a avaliação de indenizações a serem recebidas do Poder Concedente sob o regime da lei nº 13.448/2017, conforme Resolução nº 5.860 de 2019 e Decreto nº 9.957 de 2019. Neste sentido, o contas a receber do Poder Concedente considera os valores dos bens reversíveis, líquidos de suas amortizações pela curva de benefício econômico e depreciações pela vida útil à incorrer, considerando como premissa o prazo máximo para que a relicitação ocorra, ajustado pela diferença de critério de amortização linear calculado na data-base destas informações financeiras trimestrais, ajuste de critério de capitalização de juros SELIC vs. TJLP, atualização do saldo pelo IPCA e a estimativa de excedente tarifário, ambos até 31 de dezembro de 2021;
- (b) Refere-se a atualização monetária pelo IPCA do período findo em 30 de setembro de 2022 utilizando o mesmo critério do item (a). Além disso, entre os meses de julho e setembro houve o recuo da taxa, ocasionando uma remuneração negativa; e
- (c) O montante total de R\$ 369.102 refere-se à: (i) R\$ 11.576 a estimativa de perda segundo a lei 13.448/2017; (ii) R\$ 121.355 ao excedente tarifário sobre tarifas recebidas dos usuários calculado após a assinatura do Termo Aditivo nº 1; e (iii) R\$ 236.171 de saldo atualizado do Termo de Ajustamento de Conduta (TAC) mencionado na nota explicativa 15, sendo: R\$ 237.713 advindo de transferência do passivo e R\$ 1.542 de redução por atualização monetária.

## 8. Imposto de renda e contribuição social

### a. Conciliação do imposto de renda e contribuição social - diferidos

A conciliação do imposto de renda e contribuição social registrada no resultado é demonstrada a seguir:

	01/07/2022 a 30/09/2022	01/01/2022 a 30/09/2022	01/07/2021 a 30/09/2021	01/01/2021 a 30/09/2021
Prejuízo antes do imposto de renda e contribuição social	(93.503)	(211.038)	(23.338)	(4.632)
Alíquota nominal	34%	34%	34%	34%
Imposto de renda e contribuição social à alíquota nominal	31.791	71.753	7.935	1.575
Efeito tributário das adições e exclusões permanentes				
Despesas indedutíveis	506	(19.640)	(1.771)	(13.961)
Remuneração variável de dirigentes estatutários	(36)	(120)	(124)	(205)
Impostos diferidos não constituídos (a)	(21.835)	(47.048)	(5.726)	14.907
Despesa de imposto de renda e contribuição social	10.426	4.945	314	2.316
Impostos diferidos	10.426	4.945	314	2.316
Alíquota efetiva de impostos	11,15%	2,34%	1,35%	50,00%

## Notas Explicativas

- (a) Em função de não haver expectativa de lucro tributável futuro, o reconhecimento do imposto de renda e contribuição social diferidos foi limitado ao passivo fiscal diferido.

### b. Impostos diferidos

O imposto de renda e a contribuição social diferidos têm as seguintes origens:

	30/09/2022				
	31/12/2021	Reconhecido no resultado	Valor líquido	Ativo fiscal diferido	Passivo fiscal diferido
IRPJ e CSLL sobre prejuízos fiscais e bases negativas (b)	2.785	(2.109)	676	676	-
Provisão para participação nos resultados (PLR)	937	(218)	719	719	-
Provisão para perda esperada - contas a receber	17	(17)	-	-	-
Provisão para riscos cíveis, administrativos, trabalhistas, previdenciários e contratuais	690	(96)	594	594	-
Provisão para fornecedores	2	-	2	2	-
Capitalização de juros	(84.809)	2.221	(82.588)	-	(82.588)
Custo de transação de empréstimos	(4.675)	375	(4.300)	-	(4.300)
Estimativa de perda lei nº 13.448/2017	78.400	4.773	83.173	83.173	-
Outros	25	16	41	41	-
Impostos diferidos ativos (passivos) antes da compensação	(6.628)	4.945	(1.683)	85.205	(86.888)
Compensação de imposto	-	-	-	(85.205)	85.205
Imposto diferido líquido ativo (passivo)	(6.628)	4.945	(1.683)	-	(1.683)

  

	30/09/2021				
	31/12/2020	Reconhecido no resultado	Valor líquido	Ativo fiscal diferido	Passivo fiscal diferido
IRPJ e CSLL sobre prejuízos fiscais e bases negativas (b)	-	638	638	638	-
Provisão para participação nos resultados (PLR)	124	292	416	416	-
Provisão para perda esperada - contas a receber	18	(2)	16	16	-
Provisão para riscos cíveis, administrativos, trabalhistas, previdenciários e contratuais	682	196	878	878	-
Provisão de manutenção	18.805	(18.805)	-	-	-
Diferenças temporárias	-	(90.336)	(90.336)	-	(90.336)
Diferenças temporárias - lei 12.973/2014 (a)	(92.271)	92.271	-	-	-
Provisão para fornecedores	3	(3)	-	-	-
Estimativa de perda lei nº 13.448/2017	68.356	18.149	86.505	86.505	-
Outros	106	(84)	22	22	-
Impostos diferidos ativos (passivos) antes da compensação	(4.177)	2.316	(1.861)	88.475	(90.336)
Compensação de imposto	-	-	-	(88.475)	88.475
Imposto diferido líquido ativo (passivo)	(4.177)	2.316	(1.861)	-	(1.861)

- (a) Saldos de diferenças temporárias dispostas na lei nº 12.973/2014 (fim do Regime Tributário de Transição) composto principalmente por custos de empréstimos capitalizados e custo de transação.
- (b) A Companhia estima recuperar o crédito tributário decorrente de prejuízos fiscais e base negativa da contribuição social nos seguintes exercícios:

2022	166
2023	510
	<u>676</u>

A recuperação dos créditos tributários poderá ser realizada em prazo diferente do acima estimado, em função de reorganizações societárias e de estrutura de capital.

A Companhia não registrou o ativo fiscal diferido sobre o saldo de diferenças temporárias e prejuízo Fiscal e Base Negativa no montante de R\$ 386.746 (R\$ 131.494 - efeito tributário em 30 de setembro de 2022) e em 31 de dezembro de 2021 montante de R\$ 248.371 (R\$ 84.446 - efeito tributário), por não haver expectativa de geração de lucro tributável no futuro.

## 9. Partes relacionadas

Os saldos de ativos e passivos em 30 de setembro de 2022 e 31 de dezembro de 2021, assim como as transações que influenciaram os resultados dos períodos de três e nove meses findos em 30 de

## Notas Explicativas

setembro de 2022 e 2021, relativos às operações com partes relacionadas, decorrem de transações entre a Companhia, suas controladoras, profissionais chave da administração e outras partes relacionadas.

	Transações			Saldos				
	01/01/2022 a 30/09/2022			30/09/2022				
	Despesas / custos com serviços prestados	Repasse de custos e despesas de pessoal e outros	Despesas financeiras	Ativo			Passivo	
Contas a receber				Caixa / Aplicações	Outras créditos	Fornecedores e contas a pagar	Outras contas a pagar	
<b>Controladora indireta</b>								
CCR	298 (a)	2.246 (a)	-	-	-	-	95 (b)	-
<b>Outras partes relacionadas</b>								
RDN	307 (c)	-	-	-	-	-	1 (b)	-
SPVias	46 (b)	-	-	-	-	-	-	-
Pampulha	-	-	-	81 (b)	-	-	-	-
Conectar	-	-	-	476 (g)	-	-	-	-
Itaú Vida e Previdência	6 (f)	-	-	-	-	29 (f)	-	13 (f)
Porto Seguro Companhia de seguros gerais	-	-	-	-	-	-	1 (b)	-
Itaú Soberano Renda Fixa	-	-	-	-	28.211 (i)	-	-	-
Itaú Unibanco	-	-	7 (j)	-	11.373 (i)	-	-	-
<b>Total</b>	<b>657</b>	<b>2.246</b>	<b>7</b>	<b>557</b>	<b>39.584</b>	<b>29</b>	<b>97</b>	<b>13</b>

	Transações		Transações
	01/07/2022 a 30/09/2022		01/07/2021 a 30/09/2021
	Despesas / custos com serviços prestados	Despesas financeiras	Despesas / custos com serviços prestados
<b>Controladora</b>			
CPC	-	-	4.034 (a)
<b>Controladora indireta</b>			
CCR	298 (a)	-	2.271 (a)
<b>Outras partes relacionadas</b>			
Itaú Unibanco	-	-	7 (j)
Itaú Vida e Previdência	6 (f)	-	-
Instituto CCR	-	-	206 (d)
<b>Total</b>	<b>304</b>	<b>7</b>	<b>6.511</b>

	Transações		Saldos	
	01/01/2021 a 30/09/2021		31/12/2021	
	Despesas / custos com serviços prestados	Imobilizado/ Intangível	Ativo	Passivo
Contas a Receber			Fornecedores e contas a pagar	
<b>Controladora</b>				
CPC	5.583 (a)	-	-	-
<b>Controladora indireta</b>				
CCR	3.404 (a)	-	-	-
<b>Outras partes relacionadas</b>				
Nova Dutra	-	173 (e)	-	-
Instituto CCR	206 (d)	-	-	-
RDN	-	-	44 (b)	5 (b)
SPVias	-	-	3 (b)	-
Bloco Central	-	-	11 (b)	-
<b>Total</b>	<b>9.193</b>	<b>173</b>	<b>58</b>	<b>5</b>

### Despesas com profissionais chaves da administração

	01/07/2022 a 30/09/2022	01/01/2022 a 30/09/2022	01/07/2021 a 30/09/2021	01/01/2021 a 30/09/2021
Remuneração: (k)				
Benefícios de curto prazo - remuneração fixa	372	853	197	639
Outros benefícios:				
Provisão de participação no resultado				
Provisão para remuneração variável do ano a pagar no ano seguinte	145	649	131	392
Pagamento de provisão de PPR do ano anterior pago no ano	-	574	-	(26)
Previdência privada	10	29	13	31
Seguro de vida	1	2	1	2
	<b>528</b>	<b>2.107</b>	<b>342</b>	<b>1.038</b>

## Notas Explicativas

### Saldos a pagar aos profissionais chave da administração

Remuneração dos administradores (k)	<u>30/09/2022</u>	<u>31/12/2021</u>
	670	608

Na Assembleia Geral Ordinária (AGOE) realizada em 11 de abril de 2022, foi fixada a remuneração anual dos membros do conselho de administração e diretoria da Companhia de até R\$ 1.500, incluindo salário, benefícios, remuneração variável pagas no ano e contribuição para seguridade social.

- (a) Contrato de prestação de serviços de *backoffice* administrativo e financeiro, tecnologia, engenharia e soluções integradas, *supply chain* e *backoffice* de arrecadação, executados pela filial CCR GBS (*Global Business Service*), cujo vencimento se dá no mês seguinte ao do faturamento;
- (b) Refere-se a encargos de folha de pagamento relativo à transferência de colaboradores, cujo vencimento se dá no mês subsequente a emissão do documento;
- (c) Contrato de compra de equipamentos junto a RDN, válido até 30 de maio de 2022, sendo o pagamento realizado em parcela única, em até 30 dias da assinatura do mesmo;
- (d) Doação para auxiliar o custeio das atividades e projetos sociais a serem desenvolvidos pelo Instituto CCR;
- (e) Refere-se a venda de automóvel;
- (f) Refere-se a ao benefício da previdência privada de colaboradores ativos e desligados;
- (g) Valores de tarifa de pedágio cobrados de usuários do sistema de pedágio eletrônico, os quais serão repassados no período subsequente;
- (h) Refere-se a gastos com ação de ressarcimento de danos;
- (i) Refere-se as aplicações financeiras e seus rendimentos;
- (j) Refere-se a despesas bancárias; e
- (k) Contempla o valor de remuneração fixa e variável atribuível aos membros da administração e diretoria.

## Notas Explicativas

## 10. Ativo imobilizado

	Taxa média anual de depreciação %	31/12/2021		30/09/2022			
		Saldo inicial	Adições	Baixas	Transferências	Outros (b)	Saldo final
<b>Valor de custo</b>							
Móveis e utensílios		10.905	-	(14)	4	-	10.895
Máquinas e equipamentos		57.695	-	(389)	646	(533)	57.419
Veículos		23.989	-	(1.423)	523	(373)	22.716
Instalações e edificações		296	-	-	-	-	296
Equipamentos operacionais		36.370	-	(107)	494	(414)	36.343
Imobilizações em andamento		-	1.145	-	(1.667)	522	-
<b>Total custo</b>		<b>129.255</b>	<b>1.145</b>	<b>(1.933)</b>	<b>-</b>	<b>(798)</b>	<b>127.669</b>
<b>Valor de depreciação</b>							
Móveis e utensílios	10	(1.776)	(801)	10	-	-	(2.567)
Máquinas e equipamentos	12	(54.659)	(6.872)	338	-	-	(61.193)
Veículos	25	(20.212)	(2.313)	1.336	-	-	(21.189)
Instalações e edificações	(*)	(296)	-	-	-	-	(296)
Equipamentos operacionais	10	(29.711)	(4.022)	69	-	-	(33.664)
<b>Total de depreciação</b>		<b>(106.654)</b>	<b>(14.008)</b>	<b>1.753</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>(118.909)</b>
<b>Total geral</b>		<b>22.601</b>	<b>(12.863)</b>	<b>(180)</b>	<b>-</b>	<b>(798)</b>	<b>8.760</b>

  

	Taxa média anual de depreciação %	31/12/2020		31/12/2021			
		Saldo inicial	Adições	Baixas	Transferências (a)	Outros (b)	Saldo final
<b>Valor de custo</b>							
Móveis e utensílios		1.588	-	(108)	9.425	-	10.905
Máquinas e equipamentos		82.207	-	(4.095)	7.335	(27.752)	57.695
Veículos		24.669	-	(1.350)	4.542	(3.872)	23.989
Instalações e edificações		296	-	-	-	-	296
Terrenos		828	-	-	(828)	-	-
Equipamentos operacionais		53.777	-	(3.357)	(1.128)	(12.922)	36.370
Imobilizações em andamento		302	5.638	(4)	(3.979)	(1.957)	-
<b>Total custo</b>		<b>163.667</b>	<b>5.638</b>	<b>(8.914)</b>	<b>15.367</b>	<b>(46.503)</b>	<b>129.255</b>
<b>Valor de depreciação</b>							
Móveis e utensílios	10	(835)	(299)	70	(712)	-	(1.776)
Máquinas e equipamentos	11	(44.739)	(10.774)	2.053	(1.199)	-	(54.659)
Veículos	24	(19.015)	(2.483)	1.293	(7)	-	(20.212)
Instalações e edificações	(*)	(296)	-	-	-	-	(296)
Equipamentos operacionais	11	(26.377)	(5.880)	1.953	593	-	(29.711)
<b>Total de depreciação</b>		<b>(91.262)</b>	<b>(19.436)</b>	<b>5.369</b>	<b>(1.325)</b>	<b>-</b>	<b>(106.654)</b>
<b>Total geral</b>		<b>72.405</b>	<b>(13.798)</b>	<b>(3.545)</b>	<b>14.042</b>	<b>(46.503)</b>	<b>22.601</b>

(\*) Ativo 100% depreciado;

(a) Reclassificações entre ativo imobilizado e intangível; e

(b) Em 30 de setembro de 2022, o valor total refere-se à reclassificação para o contas a receber do Poder Concedente dos ativos reversíveis não depreciados ao final do prazo de devolução. Em 2021, do montante de R\$ 46.503, R\$ 46.284 refere-se à reclassificação para o contas a receber do Poder Concedente dos ativos reversíveis não depreciados ao final do prazo de devolução e R\$ 219 de cauções.

## 11. Intangível e infraestrutura em construção

	Taxa média anual de amortização %	31/12/2021		30/09/2022		
		Saldo inicial	Adições	Transferências	Outros (b)	Saldo final
<b>Valor de custo</b>						
Direitos de exploração da infraestrutura concedida		189.358	-	4.420	(4.340)	189.438
Direitos de uso de sistemas informatizados		10.684	-	67	(57)	10.694
Direitos de uso de sistemas informatizados em andamento		-	529	(67)	(462)	-
<b>Total custo</b>		<b>200.042</b>	<b>529</b>	<b>4.420</b>	<b>(4.859)</b>	<b>200.132</b>
<b>Valor de amortização</b>						
Direitos de exploração da infraestrutura concedida	(*)	(139.119)	(29.980)	-	-	(169.099)
Direitos de uso de sistemas informatizados	20	(9.811)	(553)	-	-	(10.364)
<b>Total amortização</b>		<b>(148.930)</b>	<b>(30.533)</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>(179.463)</b>
<b>Total intangível</b>		<b>51.112</b>	<b>(30.004)</b>	<b>4.420</b>	<b>(4.859)</b>	<b>20.669</b>
<b>Infraestrutura em construção</b>		<b>-</b>	<b>32.060</b>	<b>(4.420)</b>	<b>(27.640)</b>	<b>-</b>

**Notas Explicativas**

	Taxa média anual de amortização %	31/12/2020		31/12/2021		
		Saldo inicial	Adições	Transferências (a)	Outros (c)	Saldo final
<b>Valor de custo</b>						
Direitos de exploração da infraestrutura concedida		1.460.587	-	167.944	(1.439.173)	189.358
Direitos de uso de sistemas informatizados		12.695	-	(1.233)	(778)	10.684
Direitos de uso de sistemas informatizados em andamento		123	274	(9)	(388)	-
<b>Total custo</b>		<b>1.473.405</b>	<b>274</b>	<b>166.702</b>	<b>(1.440.339)</b>	<b>200.042</b>
<b>Valor de amortização</b>						
Direitos de exploração da infraestrutura concedida	(*)	(104.099)	(35.571)	551	-	(139.119)
Direitos de uso de sistemas informatizados	20	(9.191)	(1.394)	774	-	(9.811)
<b>Total amortização</b>		<b>(113.290)</b>	<b>(36.965)</b>	<b>1.325</b>	<b>-</b>	<b>(148.930)</b>
<b>Total intangível</b>		<b>1.360.115</b>	<b>(36.691)</b>	<b>168.027</b>	<b>(1.440.339)</b>	<b>51.112</b>
<b>Infraestrutura em construção</b>		<b>173.892</b>	<b>14.237</b>	<b>(182.069)</b>	<b>(6.060)</b>	<b>-</b>

(\*) Amortização pela curva de benefício econômico;

- (a) Reclassificação entre ativo imobilizado, infraestrutura em construção e intangível;
- (b) Em 30 de setembro de 2022, do montante total, R\$ 32.012 refere-se à reclassificação para o contas a receber do Poder Concedente dos ativos reversíveis não depreciados ao final do prazo de devolução, R\$ 484, refere-se à desapropriação e R\$ 3 a créditos de IRRF; e
- (c) Em 2021 o valor líquido de reduções no montante de R\$ 1.446.399, refere-se, R\$ 1.446.285, refere-se à reclassificação para o contas a receber do Poder Concedente dos ativos reversíveis não amortizados ao final do prazo de devolução, para maiores detalhes, veja nota explicativa nº 8, R\$ 113 a cauções e R\$ 1 referente a IRRF.

**12. Fornecedores**

	30/09/2022	31/12/2021
<b>Circulante</b>		
Fornecedores e prestadores de serviços nacionais	23.066	28.690
Fornecedores e prestadores de serviços estrangeiros	11	16
	<b>23.077</b>	<b>28.706</b>
<b>Não circulante</b>		
Fornecedores e prestadores de serviços nacionais	1.987	263
	<b>1.987</b>	<b>263</b>

Referem-se principalmente a valores por conta de serviços, materiais e equipamentos relacionados a obras de melhorias, manutenção e conservação.

**Notas Explicativas****13. Obrigações sociais e trabalhistas**

	<u>30/09/2022</u>	<u>31/12/2021</u>
<b>Circulante</b>		
Salários e remuneração a pagar	964	869
Benefícios, gratificações e participações a pagar	2.453	3.204
Encargos sociais e previdenciários	1.019	1.199
Provisão para férias e 13º salário	4.600	3.332
	<u>9.036</u>	<u>8.604</u>
<b>Não circulante</b>		
Salários e remuneração a pagar	46	1
	<u>46</u>	<u>1</u>

**14. Financiamentos**

Instituições financeiras	Taxas contratuais (% a.a.)	Taxa efetiva do custo de transação (% a.a.) (a)	Custos de transação incorridos	Saldos dos custos a apropriar em 30/09/2022	Vencimento final		
						30/09/2022	31/12/2021
<b>Em moeda nacional</b>							
BNDDES - FINEM I	TJLP + 2,00% a.a.	2,2338%	17.013	9.579	Março de 2039	616.135	640.754 (b) (c) (d)
Caixa Econômica Federal	TJLP + 2,00% a.a.	2,1918%	2.598	1.508	Março de 2039	117.484	122.194 (b) (c) (d)
Caixa Econômica Federal	TJLP + 2,00% a.a.	2,4844%	2.671	1.561	Março de 2039	48.002	49.883 (b) (c) (d)
<b>Total geral</b>				<u>12.648</u>		<u>781.621</u>	<u>812.831</u>
<b>Circulante</b>							
Financiamentos						50.527	50.360
Custos de transação						(1.405)	(1.458)
						<u>49.122</u>	<u>48.902</u>
<b>Não Circulante</b>							
Financiamentos						743.742	776.219
Custos de transação						(11.243)	(12.290)
						<u>732.499</u>	<u>763.929</u>

- (a) O custo efetivo destas transações refere-se aos custos incorridos na emissão dos títulos e não considera taxas pós-fixadas, uma vez que a liquidação dos juros e principal dar-se-á no final da operação e na data de cada transação não são conhecidas as futuras taxas aplicáveis. Estas taxas somente serão conhecidas com a fluência do prazo de cada transação. Operações com mais de uma série/tranche estão apresentadas pela taxa média ponderada;

**Garantias:**

- (b) 100% aval/ fiança corporativa da Controladora CCR S.A não remunerado;
- (c) Garantia real; e
- (d) Cessão de contas bancárias, indenizações e recebíveis.

**Notas Explicativas****Cronograma de desembolsos (não circulante)**

	<u>30/09/2022</u>
2023	11.996
2024	47.983
2025	47.983
2026	47.983
2027 em diante	587.797
(-) Custos de transação	<u>(11.243)</u>
	<u><u>732.499</u></u>

A Controladora CCR, até o *completion* total, obriga-se a manter índice Dívida Líquida / EBITDA menor ou igual a 4,5, apurado anualmente, com data base em 31 de dezembro, com base nas demonstrações financeiras consolidadas auditadas. Em relação à Companhia, esta deverá apresentar ICSD igual ou superior a 1,2, Índice de Cobertura “Manutenção” sobre o Serviço da Dívida (inclui a realização da provisão de manutenção) igual ou superior a 1 e apresentação do índice PL/Ativo maior ou igual a 0,2. O resgate antecipado é permitido mediante aprovação do BNDES.

Conforme cláusula quarta do contrato firmado com BNDES, a partir de 16 de janeiro de 2019, a Companhia deve efetuar depósitos em conta reserva, na qual permanecerão bloqueados durante todo o prazo do contrato de financiamento. Em 30 de setembro de 2022, o saldo aplicado totaliza R\$ 28.208.

Não há quebra de *covenants* relacionados aos financiamentos.

Para maiores detalhes sobre os demais empréstimos e financiamentos, vide nota explicativa nº 15 das demonstrações financeiras de 31 de dezembro de 2021.

**15. Provisão para riscos cíveis, trabalhistas, previdenciários e contratuais**

A Companhia é parte em ações judiciais e processos administrativos perante tribunais e órgãos governamentais, decorrentes do curso normal de suas respectivas operações, envolvendo questões trabalhistas, cíveis e contratuais.

**15.1 Processos com prognóstico de perda provável**

A Administração constituiu provisão em montante considerado suficiente para cobrir as prováveis perdas estimadas com as ações em curso, conforme quadro abaixo, com base em (i) informações de seus assessores jurídicos, (ii) análise das demandas judiciais pendentes e (iii) com base na experiência anterior referente às quantias reivindicadas:

	<u>31/12/2021</u>		<u>30/09/2022</u>				
	<u>Saldo inicial</u>	<u>Constituição</u>	<u>Reversão</u>	<u>Pagamentos</u>	<u>Atualização de bases processuais e monetária</u>	<u>Transferência</u>	<u>Saldo final</u>
<b>Não circulante</b>							
Cíveis e administrativos	248	1.396	-	(587)	11	-	1.068
Trabalhistas e previdenciários	1.783	1.313	(1.369)	(1.116)	65	-	676
Contratuais (a)	<u>180.173</u>	<u>129.682</u>	<u>(73.634)</u>	<u>-</u>	<u>3.147</u>	<u>(237.713)</u>	<u>1.655</u>
	<u>182.204</u>	<u>132.391</u>	<u>(75.003)</u>	<u>(1.703)</u>	<u>3.223</u>	<u>(237.713)</u>	<u>3.399</u>

- (a) Em relação aos processos contratuais, a ANTT lavrou, até 30 de setembro de 2022, 114 autos de infração contra a Companhia, relativos a aspectos operacionais e obrigações de investimentos previstos no contrato de concessão, os quais totalizam R\$ 239.351 (R\$ 180.173 em 31 de dezembro de 2021). Em 22 de abril de 2021, foi proferida decisão nos autos do Processo de Arbitragem nº 24.957/GSS/PFF, decretando a suspensão da exigibilidade das referidas multas.

## Notas Explicativas

Em 6 de julho de 2022, foi celebrado Termo de Ajustamento de Conduta (TAC) entre Companhia e ANTT, no montante de R\$ 237.713, cujo objeto é a compensação dos efeitos do descumprimento do dever de pagamento de penalidades pecuniárias aplicadas e não transitadas em julgado na esfera administrativa, com o conseqüente desconto do respectivo montante em relação à indenização em apuração de haveres e deveres ao final da vigência do contrato de concessão, gerando um complemento de R\$ 59.178.

O montante de R\$ 237.713 é apresentado no balanço patrimonial como redutor do contas a receber do Poder Concedente (nota explicativa 7), pelo disposto na cláusula 8.1 do TAC, que prevê o abatimento de seu valor com o montante estimado de indenização devida à MSVia.

Restou como saldo o Auto de Infração nº 20/2021, no valor de R\$ 1.655, por não ter integrado o TAC, tendo em vista que ainda está em fase de discussão na via administrativa.

### 15.2 Processos com prognóstico de perda possível

A Companhia possui outros riscos relativos a questões cíveis e trabalhistas, avaliados pelos assessores jurídicos como sendo de risco possível, nos montantes indicados abaixo, para os quais nenhuma provisão foi constituída, tendo em vista que as práticas contábeis adotadas no Brasil e as IFRS não determinam sua contabilização.

	<u>30/09/2022</u>	<u>31/12/2021</u>
Cíveis e administrativos	4.064	4.558
Trabalhistas e previdenciários	65	220
Contratuais	-	218.296
	<u>4.129</u>	<u>223.074</u>

### 16. Obrigações parceladas

	<u>31/12/2021</u>	<u>30/09/2022</u>			
	<u>Saldo inicial</u>	<u>Atualização monetária</u>	<u>Pagamentos</u>	<u>Transferência</u>	
<b>Multa com o Poder Concedente</b>					
Circulante	971	92	(783)	359	639
Não circulante	1.272	50	-	(359)	963
<b>Total</b>	<u>2.243</u>	<u>142</u>	<u>(783)</u>	<u>-</u>	<u>1.602</u>

### Cronograma de desembolsos (não circulante)

	<u>30/09/2022</u>
2023	138
2024	550
2025	<u>275</u>
	<u>963</u>

### 17. Patrimônio líquido

#### a. Capital social

Em 30 de setembro de 2022, o capital social da Companhia é de R\$ 976.000, composta por 976.000.000 ações, todas nominativas e sem valor nominal.

## Notas Explicativas

### b. Prejuízo básico e diluído

A Companhia não possui instrumentos que, potencialmente, poderiam diluir os resultados por ação.

	<u>01/07/2022 a</u> <u>30/09/2022</u>	<u>01/01/2022 a</u> <u>30/09/2022</u>	<u>01/07/2021 a</u> <u>30/09/2021</u>	<u>01/01/2021 a</u> <u>30/09/2021</u>
<b>Numerador</b>				
Prejuízo líquido	(83.077)	(206.093)	(23.024)	(2.316)
<b>Denominador</b>				
Média ponderada de ações (em milhares)	<u>976.000</u>	<u>976.000</u>	<u>916.000</u>	<u>916.000</u>
Prejuízo por ação - básico e diluído	(0,08512)	(0,21116)	(0,02514)	(0,00253)

### 18. Receitas operacionais líquidas

	<u>01/07/2022 a</u> <u>30/09/2022</u>	<u>01/01/2022 a</u> <u>30/09/2022</u>	<u>01/07/2021 a</u> <u>30/09/2021</u>	<u>01/01/2021 a</u> <u>30/09/2021</u>
Receitas de pedágio	43.465	122.709	46.699	189.047
Receitas de construção (ICPC 01 R1)	17.554	32.056	1.897	7.115
Receitas acessórias	2.046	6.078	1.950	5.825
Remuneração contas a receber do Poder Concedente	(32.421) (a)	(2.469) (a)	-	-
<b>Receita bruta</b>	<u>30.644</u>	<u>158.374</u>	<u>50.546</u>	<u>201.987</u>
Impostos sobre receitas	(6.185)	(17.470)	(6.727)	(19.746)
Devoluções e abatimentos	(11)	(46)	(15)	(47)
<b>Deduções das receitas brutas</b>	<u>(6.196)</u>	<u>(17.516)</u>	<u>(6.742)</u>	<u>(19.793)</u>
<b>Receita operacional líquida</b>	<u>24.448</u>	<u>140.858</u>	<u>43.804</u>	<u>182.194</u>

(a) Efeito do recálculo do contas a receber do Poder Concedente, mais detalhes na nota explicativa nº 8, item b.

### 19. Resultado financeiro

	<u>01/07/2022 a</u> <u>30/09/2022</u>	<u>01/01/2022 a</u> <u>30/09/2022</u>	<u>01/07/2021 a</u> <u>30/09/2021</u>	<u>01/01/2021 a</u> <u>30/09/2021</u>
<b>Despesas Financeiras</b>				
Juros sobre financiamentos	(18.009)	(51.985)	(14.732)	(42.800)
Ajuste a valor presente da provisão de manutenção	-	-	-	(2.204)
Variação monetária sobre o excedente tarifário	(1.978) (a)	11.456 (a)	(6.522)	(6.522)
Juros sobre obrigações parceladas	(48)	(142)	(31)	(69)
Taxas, comissões e outras despesas financeiras	(228)	(711)	(246)	(678)
	<u>(20.263)</u>	<u>(41.382)</u>	<u>(21.531)</u>	<u>(52.273)</u>
<b>Receitas Financeiras</b>				
Rendimento sobre aplicações financeiras	1.802	5.544	721	1.559
Variação cambial sobre fornecedores estrangeiros	-	-	-	2
Juros e outras receitas financeiras	38	97	7	28
	<u>1.840</u>	<u>5.641</u>	<u>728</u>	<u>1.589</u>
<b>Resultado financeiro líquido</b>	<u>(18.423)</u>	<u>(35.741)</u>	<u>(20.803)</u>	<u>(50.684)</u>

(a) Efeito do recálculo do contas a receber do Poder Concedente, mais detalhes na nota explicativa nº 8, item c.

## Notas Explicativas

### 20. Instrumentos financeiros

A política de contratação de instrumentos financeiros, os métodos e premissas adotados na determinação dos valores justos, bem como os critérios de seus registros e classificações hierárquicas são os mesmos divulgados nas notas explicativas das demonstrações financeiras de 31 de dezembro de 2021.

Todas as operações com instrumentos financeiros estão reconhecidas nas informações financeiras intermediárias, conforme os quadros a seguir:

#### Instrumentos financeiros por categoria

	30/09/2022			31/12/2021		
	Valor justo através do resultado	Ativos financeiros mensurados ao custo amortizado	Passivos financeiros mensurados ao custo amortizado	Valor justo através do resultado	Ativos financeiros mensurados ao custo amortizado	Passivos financeiros mensurados ao custo amortizado
<b>Ativos</b>						
Caixa e bancos	13.056	-	-	15.715	-	-
Aplicações financeiras	26.153	-	-	8.071	-	-
Aplicações financeiras vinculadas - conta reserva	28.208	-	-	26.269	-	-
Contas a receber	-	18.452	-	-	20.680	-
Contas a receber - partes relacionadas	-	557	-	-	58	-
Contas a receber do Poder Concedente	-	1.085.673	-	-	1.424.434	-
<b>Passivos</b>						
Financiamentos em moeda nacional (a)	-	-	(781.621)	-	-	(812.831)
Fornecedores e outras contas a pagar	-	-	(26.603)	-	-	(32.945)
Fornecedores - partes relacionadas	-	-	(97)	-	-	(5)
Obrigações com o Poder Concedente	-	-	(1.056)	-	-	(956)
	<u>67.417</u>	<u>1.104.682</u>	<u>(809.377)</u>	<u>50.055</u>	<u>1.445.172</u>	<u>(846.737)</u>

(a) Valores líquidos dos custos de transação.

Os seguintes métodos e premissas foram adotados na determinação do valor justo:

- **Caixa e bancos, aplicações financeiras e aplicações financeiras vinculadas - conta reserva** – Os saldos em caixa e bancos têm seus valores justos idênticos aos saldos contábeis. As aplicações financeiras em fundos de investimentos estão valorizadas pelo valor da cota do fundo na data das informações financeiras intermediárias, que corresponde ao seu valor justo (nível 2). As aplicações financeiras em CDB (Certificado de Depósito Bancário) e instrumentos similares possuem liquidez diária com recompra na “curva do papel” e, portanto, a Companhia entende que seu valor justo corresponde ao seu valor contábil.
- **Contas a receber, contas a receber - partes relacionadas, contas a receber do Poder Concedente, fornecedores - partes relacionadas, fornecedores e outras contas a pagar** - Os valores justos são próximos dos saldos contábeis, dado o curto prazo para liquidação das operações, exceto ativos financeiros a receber do Poder Concedente, cujos valores contábeis são considerados equivalentes aos valores justos, por se tratarem de instrumentos financeiros com características exclusivas, presentes no contrato de concessão, tais como estrutura robusta de garantias e marcos legais relacionados ao setor;
- **Financiamentos em moeda nacional e obrigações com o Poder Concedente** - Consideram-se os valores contábeis desses instrumentos financeiros equivalentes aos valores justos, por se tratar de instrumentos financeiros com características exclusivas, oriundos de fontes de financiamento específicas.

## Notas Explicativas

### Hierarquia de valor justo

A Companhia possui os saldos abaixo de instrumentos financeiros avaliados pelo valor justo, os quais estão qualificados a seguir:

	<u>30/09/2022</u>	<u>31/12/2021</u>
<b>Nível 2:</b>		
Aplicações financeiras	54.361	34.340

Os diferentes níveis foram definidos a seguir:

- Nível 1: preços negociados (sem ajustes) em mercados ativos para ativos e passivos idênticos.
- Nível 2: *inputs*, diferentes dos preços negociados em mercados ativos incluídos no nível 1, que são observáveis para o ativo ou passivo, diretamente (preços) ou indiretamente (derivado de preços); e
- Nível 3: premissas, para o ativo ou passivo, que não são baseadas em dados observáveis de mercado (*inputs* não observáveis).

### Análise de sensibilidade

As análises de sensibilidade são estabelecidas com base em premissas e pressupostos em relação a eventos futuros. A Administração da Companhia revisa regularmente essas estimativas e premissas utilizadas nos cálculos. No entanto, a liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores diferentes dos estimados devido à subjetividade inerente ao processo utilizado na preparação das análises.

Apresentamos abaixo, as análises de sensibilidade quanto às taxas de juros.

A Companhia adotou para os cenários de estresse A e B da análise de sensibilidade, os percentuais de 25% e 50%, respectivamente, os quais são aplicados no sentido de apresentar situação que demonstre sensibilidade relevante de risco variável.

### Análise de sensibilidade de variações nas taxas de juros

Abaixo estão demonstrados os valores resultantes das variações monetárias e de juros sobre os contratos de financiamentos, aplicações financeiras e auto de infração com o Poder Concedente, com taxas pós-fixadas, no horizonte de 12 meses, ou seja, até 30 de setembro de 2023 ou até o vencimento final de cada operação, o que ocorrer primeiro.

**Notas Explicativas**

Risco	Exposição em R\$ <sup>(5)(6)</sup>	Efeito em R\$ no resultado		
		Cenário provável	Cenário A 25%	Cenário B 50%
TJLP <sup>(2)</sup>	794.269	(74.133)	(88.648)	(103.168)
<b>Efeito sobre os financiamentos</b>		<b>(74.133)</b>	<b>(88.648)</b>	<b>(103.168)</b>
Selic <sup>(4)</sup>	1.602	(219)	(273)	(328)
<b>Efeito sobre as obrigações parceladas</b>		<b>(219)</b>	<b>(273)</b>	<b>(328)</b>
CDI <sup>(3)</sup>	54.361	7.353	9.191	11.028
<b>Efeito sobre as aplicações financeiras</b>		<b>7.353</b>	<b>9.191</b>	<b>11.028</b>
		<b>(66.999)</b>	<b>(79.730)</b>	<b>(92.468)</b>
<b>As taxas de juros consideradas foram <sup>(1)</sup>:</b>				
TJLP <sup>(2)</sup>		7,19%	9,00%	10,79%
CDI <sup>(3)</sup>		13,65%	17,06%	20,47%
Selic <sup>(4)</sup>		13,65%	17,06%	20,47%

(1) As taxas apresentadas acima serviram como base para o cálculo. As mesmas foram utilizadas nos 12 meses do cálculo.

Nos itens (2) a (4) está detalhado as premissas para obtenção das taxas do cenário provável:

- (2) Refere-se à taxa de 30/09/2022, divulgada pela BNDES;
- (3) Refere-se à taxa de 30/09/2022, divulgada pela B3;
- (4) Refere-se à taxa de 30/09/2022, divulgada pelo Banco Central do Brasil;
- (5) Os valores de exposição não contemplam ajustes a valor justo, não estão deduzidos dos custos de transação, IRRF e também não consideram os saldos de juros em 30/09/2022, quando estes não interferem nos cálculos dos efeitos posteriores; e
- (6) Os cenários de estresse contemplam uma depreciação dos fatores de risco (CDI, TJLP e Selic).

**21. Compromissos vinculados ao contrato de concessão**

Além dos pagamentos de verba de fiscalização ao Poder Concedente, a Companhia assumiu compromissos em seu contrato de concessão que contemplam investimentos (melhorias e manutenções) a serem realizados durante o prazo de concessão. Os valores demonstrados abaixo refletem o valor dos investimentos estabelecidos no início do contrato de concessão, ajustados por reequilíbrios firmados com o Poder Concedente e atualizados anualmente pelos índices de reajuste tarifário:

	<u>30/09/2022</u>	<u>31/12/2021</u>
Compromisso de investimento	<u>6.498</u>	<u>19.854</u>

Os valores acima não incluem eventuais investimentos contingentes, de nível de serviço e casos em discussão para reequilíbrio.

O valor dos compromissos de investimentos futuros contempla o previsto no Termo Aditivo nº 1.

## Notas Explicativas

### 22. Demonstrações dos fluxos de caixa

- a. Efeitos nas demonstrações em referência, que não afetaram o caixa no período findo em 30 de setembro de 2022. Caso as operações tivessem afetado o caixa, seriam apresentadas nas rubricas dos fluxos de caixa abaixo:

	<u>30/09/2022</u>	<u>30/09/2021</u>
Fornecedores	11.184	(222)
Tributos a recuperar	(3)	-
<b>Efeito no caixa líquido das atividades operacionais</b>	<u>11.181</u>	<u>(222)</u>
Adições ao ativo intangível	(11.184)	-
Outros de ativo imobilizado e intangível	3	222
<b>Efeito no caixa líquido das atividades de investimento</b>	<u>(11.181)</u>	<u>222</u>

- b. A Companhia classifica os juros pagos como atividade de financiamento, por entender que tal classificação, melhor representa os fluxos de obtenção de recursos.

### c. Reconciliação das atividades de financiamento

	<u>Financiamento</u>	<u>Capital social</u>	<u>Total</u>
Saldo Inicial	(812.831)	(916.000)	(1.728.831)
<b>Variações dos fluxos de caixa de financiamento</b>			
Pagamentos de principal e juros	83.195	-	83.195
Integralização de capital social	-	(60.000)	(60.000)
<b>Total das variações nos fluxos de caixa de financiamento</b>	83.195	(60.000)	23.195
<b>Outras variações</b>			
Despesas com juros	(51.985)	-	(51.985)
<b>Total das outras variações</b>	(51.985)	-	(51.985)
Saldo Final	<u>(781.621)</u>	<u>(976.000)</u>	<u>(1.757.621)</u>

### 23. Eventos subsequentes

Em 14 de outubro de 2022, foi realizado um aporte de capital pela acionista CPC no valor de R\$ 59.000, que foi totalmente integralizado, conforme aprovado em ata de 15 de setembro de 2022.

\*\*\*

## Notas Explicativas

### Composição do Conselho de Administração

Eduardo Siqueira Moraes Camargo	Presidente
Pedro Paulo Archer Sutter	Conselheiro
Roberto Penna Chaves Neto	Conselheiro

### Composição da Diretoria

Fausto Camilotti	Diretor Presidente e DRI
Eduardo Siqueira Moraes Camargo	Diretor
Guilherme Motta Gomes	Diretor

### Contadora

Fabia da Vera Cruz Campos Stancatti  
CRC 1SP190868/O-0"S"MS

## Pareceres e Declarações / Relatório da Revisão Especial - Sem Ressalva

Aos Acionistas, Conselheiros e Administradores da  
Concessionária de Rodovia Sul Matogrossense S.A.  
Campo Grande - MS

### Introdução

Revisamos as informações contábeis intermediárias da Concessionária de Rodovia Sul Matogrossense S.A. ("Companhia"), contidas no Formulário de Informações Trimestrais (ITR) referente ao trimestre findo em 30 de setembro de 2022, que compreendem o balanço patrimonial em 30 de setembro de 2022 e as respectivas demonstrações do resultado e do resultado abrangente para os períodos de três e nove meses findos naquela data e das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o período de nove meses findo naquela data, incluindo as notas explicativas.

A administração da Companhia é responsável pela elaboração das informações contábeis intermediárias de acordo com o CPC 21(R1) e a norma internacional IAS 34 – Interim Financial Reporting, emitida pelo International Accounting Standards Board – (IASB), assim como pela apresentação dessas informações de forma condizente com as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários, aplicáveis à elaboração das Informações Trimestrais (ITR). Nossa responsabilidade é a de expressar uma conclusão sobre essas informações contábeis intermediárias com base em nossa revisão.

### Alcance da revisão

Conduzimos nossa revisão de acordo com as normas brasileiras e internacionais de revisão de informações intermediárias (NBC TR 2410 - Revisão de Informações Intermediárias Executada pelo Auditor da Entidade e ISRE 2410 - Review of Interim Financial Information Performed by the Independent Auditor of the Entity, respectivamente). Uma revisão de informações intermediárias consiste na realização de indagações, principalmente às pessoas responsáveis pelos assuntos financeiros e contábeis e na aplicação de procedimentos analíticos e de outros procedimentos de revisão. O alcance de uma revisão é significativamente menor do que o de uma auditoria conduzida de acordo com as normas de auditoria e, conseqüentemente, não nos permitiu obter segurança de que tomamos conhecimento de todos os assuntos significativos que poderiam ser identificados em uma auditoria. Portanto, não expressamos uma opinião de auditoria.

### Conclusão sobre as informações intermediárias

Com base em nossa revisão, não temos conhecimento de nenhum fato que nos leve a acreditar que as informações contábeis intermediárias incluídas nas informações trimestrais acima referidas não foram elaboradas, em todos os aspectos relevantes, de acordo com o CPC 21(R1) e a IAS 34, aplicáveis à elaboração de Informações Trimestrais - ITR e apresentadas de forma condizente com as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários.

### Ênfase

Chamamos a atenção para nota explicativa nº1.1, subitem i e ii, às informações contábeis intermediárias, que em 20 de dezembro de 2019, a Companhia manifestou a intenção de aderir ao processo de relicitação, previsto pela Lei 13.448/17 e, em 10 de junho de 2021, foi celebrado o 1º Termo Aditivo ao contrato de concessão e espera-se que o processo de relicitação seja concluído dentro do prazo de 24 meses contados a partir de 11 de março de 2021. Nossa relatório de revisão não possui modificação em relação esse assunto.

### Outros Assuntos - Demonstrações do valor adicionado

As informações trimestrais acima referidas incluem as demonstrações do valor adicionado (DVA), referentes ao período de nove meses findo em 30 de setembro de 2022, elaboradas sob a responsabilidade da administração da Companhia e apresentadas como informação suplementar para fins de IAS 34. Essas demonstrações foram submetidas a procedimentos de revisão executados em conjunto com a revisão das informações trimestrais, com o objetivo de concluir se elas estão conciliadas com as informações contábeis intermediárias e registros contábeis, conforme aplicável, e se sua forma e conteúdo estão de acordo com os critérios definidos no Pronunciamento Técnico CPC 09 - Demonstração do Valor Adicionado. Com base em nossa revisão, não temos conhecimento de nenhum fato que nos leve a acreditar que essas demonstrações do valor adicionado não foram elaboradas, em todos os aspectos relevantes, segundo os critérios definidos nessa Norma e de forma consistente em relação às informações contábeis intermediárias tomadas em conjunto.

São Paulo, 10 de novembro de 2022

KPMG Auditores Independentes Ltda.  
CRC 2SP014428/O-6

Marcelo Gavioli  
Contador CRC 1SP201409/O-1

## **Pareceres e Declarações / Declaração dos Diretores sobre as Demonstrações Financeiras**

### **- DECLARAÇÃO DA DIRETORIA -**

Em observância às disposições constantes no artigo 31, §1º, inciso (ii), da Resolução CVM nº. 80, de 29 de março de 2022, conforme alterada, a Diretoria da Companhia declara que discutiu, reviu e concordou, por unanimidade, com as opiniões expressas no Relatório da KPMG Auditores Independentes ("KPMG") sobre as Informações Trimestrais da Companhia, emitido nesta data, e com as respectivas Informações Trimestrais, relativas ao trimestre encerrado em 30 de setembro de 2022.

Campo Grande/MS, 10 de novembro de 2022.

FAUSTO CAMILOTTI  
DIRETOR PRESIDENTE E DE RELAÇÕES COM INVESTIDORES

EDUARDO SIQUEIRA MORAES CAMARGO  
DIRETOR

GUILHERME MOTTA GOMES  
DIRETOR

## **Pareceres e Declarações / Declaração dos Diretores sobre o Relatório do Auditor Independente**

### **- DECLARAÇÃO DA DIRETORIA -**

Em observância às disposições constantes no artigo 31, §1º, inciso (ii), da Resolução CVM nº. 80, de 29 de março de 2022, conforme alterada, a Diretoria da Companhia declara que discutiu, reviu e concordou, por unanimidade, com as opiniões expressas no Relatório da KPMG Auditores Independentes ("KPMG") sobre as Informações Trimestrais da Companhia, emitido nesta data, e com as respectivas Informações Trimestrais, relativas ao trimestre encerrado em 30 de setembro de 2022.

Campo Grande/MS, 10 de novembro de 2022.

FAUSTO CAMILOTTI  
DIRETOR PRESIDENTE E DE RELAÇÕES COM INVESTIDORES

EDUARDO SIQUEIRA MORAES CAMARGO  
DIRETOR

GUILHERME MOTTA GOMES  
DIRETOR